

Jus Scriptum

EDITORIAL

Academia em tempos de crise: um olhar para trás nos primeiros passos pós-pandêmicos

Academy in Crisis: taking a look back at the first post-pandemic steps
Cláudio Cardona

ARTIGOS

Da utilidade e das desvantagens da jurisprudência para a vida: a atualidade do pensamento de Julius Hermann von Kirchmann

Of the uses and disadvantages of jurisprudence for life: the actuality of Julius Hermann Von Kirchmann's thought
Diego Siqueira Rebelo Vale e Sandro Alex Souza Simões

Elementos distintivos del concepto de medidas regresivas en la jurisprudencia del Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales

Distinctive elements of the concept of retrogressive measures in the jurisprudence of the Committee on Economic, Social and Cultural Rights
João Paulo de Godoy Valença

Viéses algorítmicos: paradigma ético e responsabilização no tratamento de dados no Direito brasileiro

Algorithmic bias: ethical paradigm and responsibility in data processing in Brazilian law
Gustavo da Silva Melo

Finanças climáticas e o Acordo de Paris: a atuação do Banco Mundial

Climate finance and the Paris Agreement: the role of the world bank
Caio Brilhante Gomes e Luciana Costa da Fonseca

A governança participativa da água no comitê da bacia hidrográfica do Rio Marapanim na Amazônia

Participatory water governance in the committee of the Marapanim River hydrographic basin in the Amazon
Natalia Mascarenhas Simões Bentes, Sandro Júnior do Carmo Alves e Raíaela Furtado da Cunha

A reduzida programação normativa das leis de proteção ambiental no Brasil e a sua interpretação metodicamente pouco organizada

The low level of regulatory programming of the environmental protection rules in Brazil and its methodically unorganized interpretation
Andreas J. Krell

Jus Scriptum





jusscriptum.pt

REVISTA JURÍDICA
NÚCLEO DE ESTUDO LUSO-BRASILEIRO
FACULDADE DE DIREITO DA ULISBOA

Ano 16 • Volume 6 • Número 2
jul./set. 2021 • Lisboa – Portugal
Periodicidade Trimestral
ISSN 1645-9024

Diretor da Revista – Editor-In-Chief
Cláudio Cardona

Conselho Editorial – Editorial Board
Leandra Freitas, Presidente do NELB
Cláudio Cardona, Diretor da JusScriptum
Paulo Rodrigues, Diretor Científico do NELB
Iago Leal, Diretor Científico do NELB
Thiago Santos Rocha, Observador Externo

Conselho Científico – Scientific Advisory Board

Ana Rita Gil
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

André Saddy
Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense

Eduardo Vera-Cruz Pinto
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Edvaldo Brito
Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia

Fernanda Martins
Universidade do Vale do Itajaí

Francisco Rezek
Francisco Resek Sociedade de Advogados

Janaina Matida
Faculdade de Direito da Universidade Alberto Hurtado

Lilian Márcia Balmant Emerique
Faculdade Nacional de Direito - UFRJ

Luciana Costa da Fonseca
Faculdade de Direito da UFPA e do CESUPA

Maria Cristina Carmignani
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Maria João Estorninho
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Paula Rosado Pereira
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Paula Vaz Freire
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Pedro Romano Martinez
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Rute Saraiva
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Sergio Torres Teixeira
Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco

Susana Antas Videira
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Corpo de Avaliadores – Review Board

Anjuli Tostes Faria Melo
Camila Franco Henriques
Carla Valério
Eduardo Alvares de Oliveira
Francine Pinto da Silva Joseph
Isaac Kofi Medeiros
J. Eduardo Amorim
José Antonio Cordeiro de Oliveira
Leonardo Bruno Pereira de Moraes
Leonardo Castro de Bone

Marcelo Ribeiro de Oliveira
Marcial Duarte de Sá Filho
Maria Vitoria Galvan Momo
Plínio Régis Baima de Almeida
Rafael Vasconcelos de Araújo Pereira
Rafaela Câmara Silva
Renato Sedano Onofre Silva
Gabriel Teixeira
Thais Cirne
Vânia dos Santos Simões

REVISTA JURÍDICA
NELB
Jus
Scriptum

NELB
Núcleo de Estudo
Luso-Brasileiro


FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

NELB – Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro

Fundado em 07/06/2001

Diretoria do Biênio 2021/22

DIREÇÃO GERAL

Diretoria Executiva

Leandra Freitas, Presidente de Direção;
Dra. Joice Bernardo, Secretária Executiva;
Dr. Rodrigo David, Tesoureiro;

Secretarias especiais da Presidência:

Dra. Camila Henriques, Secretária
Especial de administração de Conflitos e Apoio à
Diversidade (SEACAD)

Mylla Purcinelli, Secretária Especial de
Licenciatura (SEL)

Dr. Caio Brilhante, Secretário Especial do
Meio Ambiente (SEMA)

Dr. Filipe Vigo, Secretário Especial de Mestras-
dos, Doutoramentos e Empregabilidade (SEMDE)

Assessores da Secretaria Executiva:

Dra. Mariana Harz
Dra. Ana Paula Afonso

Diretoria Científica

Iago Leal, Diretor

Dr. Paulo Rodrigues, Diretor

João Villça, Adjunto

Dr. Matheus Spegorin, Adjunto

Theodora Simões, Adjunta

Dr. Cláudio Cardona, Diretor da Revista

Jus Scriptum

Dr. Thiago Santos Rocha, Observador
Externo do Conselho Editorial

Diretoria de Eventos

Dra. Thainara Nascimento, Diretora

Dr. Sandro Parente, Diretor

Dra. Dayane Chaves, Adjunta

Dra. Natália Farinha, Adjunta

Dra. Bruna Xavier, Assessora

Dr. Emmanuel Brasil, Assessor

Laura Viana, Assessora

Dr. Mateus Boscardin, Assessor

Dra. Brunna Mendes, Assessora

Dra. Maria Melo, Assessora

Dra. Gardênia Santiago, Assessora

Dr. Matheus Niewerth, Assessor

Dra. Carolina Xavier, Assessora

Dra. Yasmim Reis, Assessora

Dr. Leonardo Fleischfresser, Assessor

Dr. José Nilton Gomes, Assessor

Diretoria de Comunicação

Dra. Leticia Bittencourt, Diretora

Victor Gabriel, Diretor

Mylla Pucelli, Adjunta

Daniel Rosa, Adjunto

Rafaela Mascaro, Adjunto

Dr. André Trajano, Assessor

Paula Lourenço, Assessora-secretária

ASSEMBLEIA GERAL

André Brito, Presidente

Dra. Joice Bernardo, Primeira-Secretária

Dra. Rebeca Rossato, Segunda-Secretária

CONSELHO DE PRESIDENTES

Dr. Claudio Cardona, Presidente

André Brito

Dra. Elizabeth Lima

CONSELHO FISCAL

Jefferson Nicolau, Presidente

Maria Eduarda Ribeiro, Vogal

Dra. Rebeca Rossato, Vogal

Diretoria de Apoio Pedagógico

Dra. Mileny Silva, Diretora

Roberta Viana, Diretora

Dra. Júlia Ronconi Costa, Adjunta

Dra. Larissa Lopes Matta, Assessora

Dra. Mariana Miranda, Assessora

Eric Alejandro, Assessor

Dra. Brunna Mendes, Assessora

Colaboradores da Direção Geral

Dra. Gabriele Lima

nelb.pt



REVISTA JURÍDICA
NÚCLEO DE ESTUDO LUSO-BRASILEIRO
FACULDADE DE DIREITO DA ULISBOA

Ano 16 • Volume 6 • Número 2
jul./set. 2021 • Lisboa – Portugal
Periodicidade Trimestral
ISSN 1645-9024

REVISTA JURÍDICA
NELB
Jus
Scriptum

EDITORIAL

Academia em tempos de crise: um olhar para trás nos primeiros passos pós-pandêmicos

Academy in Crisis: taking a look back at the first post-pandemic steps
Cláudio Cardona

ARTIGOS

Da utilidade e das desvantagens da jurisprudência para a vida: a atualidade do pensamento de Julius Hermann von Kirchmann

Of the uses and disadvantages of jurisprudence for life: the actuality of Julius Hermann Von Kirchmann's thought

Diego Siqueira Rebelo Vale e Sandro Alex Souza Simões

Elementos distintivos del concepto de medidas regresivas en la jurisprudencia del Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales

Distinctive elements of the concept of retrogressive measures in the jurisprudence of the Committee on Economic, Social and Cultural Rights

João Paulo de Godoy Valença

Viéses algorítmicos: paradigma ético e responsabilização no tratamento de dados no Direito brasileiro

Algorithmic bias: ethical paradigm and responsibility in data processing in Brazilian law
Gustavo da Silva Melo

Finanças climáticas e o Acordo de Paris: a atuação do Banco Mundial
Climate finance and the Paris Agreement: the role of the world bank

Caio Brilhante Gomes e Luciana Costa da Fonseca

A governança participativa da água no comitê da bacia hidrográfica do Rio Marapanim na Amazônia

Participatory water governance in the committee of the Marapanim River hydrographic basin in the Amazon

Natalia Mascarenhas Simões Bentes,

Sandro Júnior do Carmo Alves e Rafaela Furtado da Cunha

A reduzida programação normativa das leis de proteção ambiental no Brasil e a sua interpretação metodicamente pouco organizada

The low level of regulatory programming of the environmental protection rules in Brazil and its methodically unorganized interpretation

Andreas J. Krell

EDITORIAL: ACADEMIA EM TEMPOS DE CRISE: UM OLHAR PARA TRÁS NOS PRIMEIROS PASSOS PÓS-PANDÊMICOS*LEADER: ACADEMY IN CRISIS; TAKING A LOOK BACK AT THE FIRST POST-PANDEMIC STEPS*

Iniciar um editorial de revista científica com um dado pessoal ou do senso comum talvez não seja a melhor maneira, ainda mais quando se vem a afirmar com tanta categoria aquilo que não se pode experimentar adequadamente, mas arriscaremos: a palavra crise foi uma das mais usadas no último biênio e, malgrado eventual resultado empírico dessa hipótese lançada ao vento nessas palavras, diríamos que poderia ser eleita a palavra do ano. O vocábulo não é novidade, como tantos outros que entraram no cotidiano da academia e, mais largamente, da comunicação social. Basta estar vivo e compreender o idioma para se saber que sempre se está em crise com alguma coisa, seja a economia, seja a política, seja mesmo o indivíduo em si mesmo e em suas relações, e aqueles que estão no seu círculo imediato. Há evidências de que a afirmação inicial deste editorial não foi a mais acurada, no entanto, veja-se o que isso significou para a academia.

A crise, ou as crises, decorrentes do contexto global instituído pela pandemia de 2020, com reflexos a se perder de vista, ocupou dossiês temáticos de revistas científicas e editoriais de tantos periódicos quanto se possa contar, capturou os temas de disciplinas acadêmicas da pós-graduação e os debates em sala de aula, lançou cientistas das mais diversas áreas aos meios eletrônicos de comunicação e às plataformas digitais de eventos científicos. Não há dados suficientes para saber os efeitos permanentes daquilo que passamos, ou mesmo os efeitos a médio e longo prazo, mas já se pode dizer que a academia se provou mais uma vez pronta a lidar com os desafios oriundos de mudanças estruturais, temporárias

ou não.

Em março de 2020, era uma segunda-feira, dia 9, quando se soube pela comunicação social que a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa estaria fechada a partir dali, com suspensão de todas as atividades presenciais. O Despacho da Direção viria a ser publicado horas depois, confirmando os rumores e o noticiado. Não obstante o que já se sabia da China e o que já se informava em Itália, por aqui, em Portugal, nada parecia nos abater e o primeiro caso fatal só viria a ser noticiado uma semana após o fechamento da Escola. Qual não foi a discussão sobre a prematuridade e mesmo a desnecessidade das medidas tomadas naquele dia 9 de março, e vindas de tantos sítios e de tantas pessoas, diríamos, esclarecidas. Até ali, parecíamos estar em estado de negação e os atos da própria Administração apontavam neste sentido: quatro dias antes, a Faculdade havia alargado o horário de funcionamento da biblioteca nos sábados, tendo inclusive funcionado dessa maneira dois dias antes da suspensão de todas as atividades presenciais.

Grupos de trabalho foram formados para lidar com o dia-a-dia e os desafios da Escola a partir dali, e eles eram muitos: o regime de aulas, para os três ciclos de estudo, passaria imediatamente para plataformas digitais; as formas de avaliação, em especial na licenciatura e no mestrado em prática jurídica deveriam ser repensadas; o atendimento direto ao aluno, que até o momento funcionava essencialmente pelo regime presencial, apesar dos avanços da secretaria virtual e do atendimento por redes sociais, passaria a ser apenas virtual.

Hipóteses de como lidar com isso tudo foram muitas, e em largo espectro, desde aqueles que apontaram que em três semanas estaria tudo resolvido e que bastaria adequar o calendário, até aqueles que aventaram passagem adminis-

trativa para todos os estudantes. Evidente que a pandemia se provou deveras resiliente, ao passo que a Escola também provou que não desistiria de seus objetivos e viria a cumprir, com toda a dificuldade, erros e acertos, que contingência dessa particularidade suscita.

Na licenciatura, desde a adaptação dos regulamentos de avaliação, até o estabelecimento do uso de uma plataforma moodle para a realização dos exames, e, com isso, todos os testes de funcionalidade do sistema, foram obstáculos a serem superados; acima de tudo, a desconfiança mútua de alunos e professores, uns não acreditando no devido respeito à ética acadêmica e pressupondo todo o tipo de fraude aos processos avaliativos – inclusivamente com manifestação de reitores na comunicação social a expressar esse tipo de estereótipo, o qual se baseia em lugares comuns tão estranhos quanto qualquer generalização, em especial aquelas que não se baseiam em dados empíricos e interpretações atentas desses dados –, outros a presumir a incapacidade de se elaborar avaliações capazes de fazer frente às adversidades do momento e mesmo a incapacidade de se ponderar adequadamente a avaliação contínua em salas de aula virtuais.

No mestrado e no doutoramento, onde nem todos os professores aderiram a plataformas síncronas de atividades letivas, os desafios avançavam na ausência dos meios de investigação presenciais, como os da biblioteca – que, apesar de todo esforço para fornecer os meios digitais para a realização de pesquisa, por uma razão estrutural do mercado editorial, não conseguiria cumprir com a demanda de todas as áreas de estudo –; na redução drástica do contato presencial entre os investigadores; no aprofundamento da dificuldade de contato com professores, em especial os orientadores de dissertação e tese; na concessão de prorrogações de prazo, um benefício e, ao mesmo tempo, uma maldição; e, em especial em nosso contexto, no fato de que mais da metade

da nossa pós-graduação ser formada por alunos estrangeiros, hegemonicamente provenientes do Brasil, cujo aprofundamento da pandemia fez fechar fronteiras por mais tempo do que o previsto, com consequências diretas à circulação entre os países.

Transversalmente, as dificuldades psicológicas decorrentes do isolamento, da ansiedade e das perdas de familiares – para estarmos na superfície dos problemas – foram recorrentes nos grupos de discussão e nas conversas com os colegas. Não foi raro colegas contactarem o Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro para compreender os regulamentos da faculdade, como poderiam organizar as suas vidas diante de tantas perdas. Colegas que perderam mais do que um ano de estudo; perderam seus companheiros, filhos, pais, tios... Estivemos diante da tragédia durante os últimos 18 meses e muito se tem a refletir sobre como lidamos com isso.

A Comissão Científica de Estudos Pós-Graduados negou qualquer possibilidade de trancamento ou congelamento de curso no mestrado e no doutoramento, vedando-se as possibilidades de reingresso dos estudantes. Por outro lado, o Conselho Científico acolheu o pedido dos estudantes para diversas prorrogações de prazos para a entrega de trabalhos científicos. Academicamente, e esse é o nosso recorte, houve investigadores que foram bastante produtivos durante o período pandêmico, e esse fato pode ser confirmado pela produção científica em periódicos e eventos científicos online; houve pesquisadores que, por outro lado, voluntária ou involuntariamente reduziram ou cessaram sua produção científica. Ambas as circunstâncias são igualmente válidas e devem ser tidas com a mesma atenção e cuidado.

A ansiedade, a depressão e o burnout de professores, investigadores e estudantes decorrentes ou agravadas pela vivência acadêmica já era uma preocupação antes do período

do pandêmico. As evidências estavam mesmo nos esforços para atender e prevenir as formas agudas da doença; dessa forma, já se via o esforço do Instituto de Medicina Preventiva e Saúde Pública em promover atendimentos e campanhas de conscientização dos alunos de todos os ciclos de estudo, também o surgimento de gabinetes de apoio psicológico no âmbito das Escolas, como o que passou a existir na Faculdade de Direito desde 2019.

Ainda em 2020, após três meses da suspensão das atividades presenciais, o NELB fez alguns levantamentos junto aos alunos brasileiros dos três ciclos de estudo e os números, transmitidos à faculdade, foram bastante importantes para a percepção de como a pandemia agravou e mesmo ampliou o desgaste emocional dos estudantes. Na licenciatura, 98,2% dos alunos informaram que sentiam dificuldade de concentração, sendo que 75,4% informaram que a frequência dessa dificuldade era de 3 a 5 em uma escala de 0 a 5. O número é próximo dos 73,2% dos estudantes que apontam que a intensidade desta dificuldade era de 3 a 4 em uma escala de 1 a 5. Foram 67,8% os estudantes que indicaram que frequentemente tinham pensamentos negativos recorrentes e 69% os que indicaram que a intensidade desses pensamentos lhes afetava moderadamente até muito intensamente, com especial atenção aos 14,5% que disseram que a intensidade era 5 em uma escala de 1 a 5. Foram 87,5% aqueles que indicaram terem tido alguma dificuldade para dormir, sendo que 58,9% classificaram entre 3 e 5 em uma escala de 0 a 5 a frequência com que tinham essa dificuldade, e 66,7% informaram que essa dificuldade durava horas, ao passo que 7,8% chagaram a dizer que duravam noites inteiras. Um total de 74,9% informou que consideravam que esses sintomas prejudicavam o seu desempenho pedagógico entre 3 e 5 numa escala entre 0 e 5. A atenção final se deu exatamente para os 37,8% que informaram considerar abandonar o curso em razão disso.

Na pós-graduação, a pesquisa abrangeu alunos anteriores a 2018/2019, de 2018/2019 e de 2019/2020, sendo que 39,6% dos alunos se encontravam no Brasil no momento da pesquisa e 58,4% se encontravam em Portugal. Dentre os alunos do 2º e 3º ciclos, 98,3% dos alunos informaram que sentiam dificuldade de concentração, sendo que 76,5% informaram que a frequência dessa dificuldade era de 3 a 5 em uma escala de 0 a 5, e 79,8% dos estudantes apontaram que a intensidade desta dificuldade era de 3 a 4 em uma escala de 1 a 5. Foram 48,2% os estudantes que indicaram que frequentemente tinham pensamentos negativos recorrentes e 38,6% indicaram que os tinham com frequência moderada; desses todos, 57,6% que indicaram que a intensidade desses pensamentos lhes afetava moderadamente até muito intensamente, com especial atenção aos 12,3% que disseram que a intensidade era 5 em uma escala de 1 a 5. Foram 81,6% aqueles que indicaram terem tido alguma dificuldade para dormir, sendo que 43% classificaram entre 3 e 5 em uma escala de 0 a 5 a frequência com que tinham essa dificuldade, e 61,7% informaram que essa dificuldade durava horas, ao passo que 7,4% chagaram a dizer que duravam noites inteiras. Um total de 77% informou que consideravam que esses sintomas prejudicavam o seu desempenho pedagógico entre 3 e 5 numa escala entre 0 e 5. A atenção final se deu, igualmente, para os 29,5% que informaram considerar abandonar o curso em razão disso.

Aos poucos, a Faculdade de Direito retoma as suas atividades presenciais. O começo do ano letivo de 2021/22 foi presencial, sem qualquer medida de regime misto e sem perspectiva de novos fechamentos. Ainda que permaneça alguma restrição para eventos científicos extracurriculares presenciais, é certo que os cursos intensivos foram retomados presencialmente e voltamos a ter a circulação de professores de outras instituições pelos corredores da faculdade,

alimentando os diálogos científicos e as futuras parcerias.

Retornam os velhos desafios e devemos nos preparar para novas crises. A pandemia não nos deixou ainda e haverá sempre um processo assimétrico na recuperação dos mais diversos países. A ciência foi o meio pelo qual superamos em 18 meses um dos momentos mais decisivos de um mundo globalizado. A academia é meio essencial para produção da ciência. Retoma-se agora a necessidade de investimento na investigação, na internacionalização das pesquisas, no estabelecimento de programas de iniciação científica, no fomento às mais variadas áreas do pensamento.

Cláudio Cardona¹
Diretor da Jus Scriptum

¹ Mestrando em Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa. Especialista pós-graduado em Processo Civil Contemporâneo e Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Conselheiro Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Presidente da Assembleia do Núcleo de Estudos Luso-Brasileiros da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Vice-Presidente do Núcleo Académico de Lisboa do IBDFAM. Sócio do escritório Cardona&Wanderley Advogados Associados. Advogado e consultor jurídico. Foi Conselheiro Pedagógico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa entre 2019 e 2021, Diretor e Presidente do Núcleo de Estudos Luso-Brasileiros da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa entre 2018 e 2020, Vice-Presidente do Núcleo de História do Direito também da FDUL entre 2020 e 2021.